

O PAPEL DA LÍNGUA NA INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS EM ÁFRICA

ROLE OF LANGUAGE IN INTERPRETATION OF
CULTURES IN AFRICA

RESUMO: o presente artigo é o resultado de uma pesquisa documental e bibliográfica que apresenta a situação sociolinguística de África e as suas classificações linguísticas. O artigo aprecia o valor das línguas nas tradições e na cultura, analisando assim, alguns provérbios africanos como evidências de que a língua carrega a visão do seu povo. Faz-se uma análise crítica das políticas linguísticas falhadas na África. O texto chama atenção para o estímulo à valorização das línguas africanas como um caminho ideal para a preservação da cultura enquanto o mais importante patrimônio da humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Papel da língua; Cultura; África.

Alexandre A. Timbane
Pansau Tamba

ABSTRACT: This article is the result of a documentary and bibliographical research which presents the sociolinguistic situation of Africa and its language classifications. The article acknowledges the value of languages in traditions and culture by analysing some African proverbs as further proof that language carries the vision of its people. A critical analysis is made of the failed language policies in Africa. The text draws attention to the encouragement on valuing African languages as an ideal way to preserve culture as the most important patrimony of humanity.

KEYWORDS: Role of language; Culture; Africa.

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

O PAPEL DA LÍNGUA NA INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS EM ÁFRICA

Alexandre António Timbane ¹
Pansau Tamba ²

Introdução

Por mais que sejam isoladas, todas as sociedades possuem uma língua. A língua é abstrata e se materializa por meio da fala, escrita ou por sinal. As línguas de sinais são minoritárias e em muitos momentos não recebem a devida atenção por parte da política linguística. Todas as línguas têm uma gramática internalizada que de certo modo é compartilhada pela comunidade de fala. Esta língua pode variar e mudar a depender da variação e da mudança da cultura e das pessoas que a falam.

Encaremos o processo de variação e de mudança como fenômenos normais em qualquer língua (AITCHISON, 2005) e que esse processo pode incluir o processo de empréstimos e estrangeirismos. Uma língua ‘destratada’, sem status privilegiado, ao invés de variar ou de mudar pode gradualmente caminhar para o esquecimento, e conseqüentemente para a extinção ao longo dos tempos. É claro que esse processo pode durar décadas. O fenômeno ocorre de forma silenciosa, mas pode ocorrer de forma sistemática. Num estudo de Timbane e Tamba (2020) ficou clara a ideia de que o multilinguismo em contexto africano não é problema. Quem encontra problemas são os que olham as línguas sob um ponto de vista mais afeito às experiências históricas dos estados-nação que se constituíram no processo histórico contemporâneo à revolução industrial. O multilinguismo é um fenômeno normal, de tal forma que se oficializarmos as diversas línguas africanas nos espaços onde elas ocorrem não haveria nenhum problema. A África do Sul (concretamente no governo de Nelson Mandela) demonstrou claramente que a convivência de múltiplas línguas num mesmo país é de salutar, pois as comunidades reconhecem o poder das línguas e a sua relevância para a existência humana.

Olhando os fenômenos linguísticos na África e a problemática da não oficialização das línguas africanas, se levanta a seguinte pergunta de partida: o que se observa nos países africanos é o fato de que com a chegada das línguas europeias, muitos dos idiomas locais tenderam a reduzir o número dos seus falantes, daí que se questiona qual é a valorização das línguas locais na vida dos africanos? Do questionamento se levantam as seguintes tentativas de resposta: As

¹ Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela UNESP-Brasil. Professor adjunto da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, Bahia. email: alexandre.timbane@unilab.edu.br

² Mestrando em Intérpretação de Conferências pela Universidade Pan-Africana, Camarões; Bacharel em Humanidades pela UNILAB, Brasil; Licenciado em Gestão dos Recursos Humanos Pelo ISEG, Senegal. E-mail: pansautamba10@gmail.com

línguas de modo geral constituem um elemento de expressão da cultura e das tradições; As línguas africanas perdem o seu espaço devido ao poder das línguas europeias, uma vez que são línguas oficiais; os africanos já não valorizam as suas línguas locais porque elas não possuem estatuto privilegiado perante o poder; as línguas europeias, sendo idiomas de ensino, ganham mais espaço e valor tanto nas cidades quanto nas zonas rurais.

A presente pesquisa envereda pela seguinte ação geral: analisar os caminhos da valorização das línguas africanas a partir de políticas linguísticas. Especificamente, a pesquisa visa (i) debater os conceitos de política e planejamento linguístico; (ii) explicar a relevância das línguas africanas e (iii) reconhecer o papel das línguas na cultura e nas tradições. Desta forma entende-se que as línguas em contexto africano carregam elementos que precisam de ser considerados, apreciados pelo corpo social por forma a tomar decisões que possam prestigiar os diversos idiomas localmente falados e que são partes viscerais das culturas e das tradições do qual resultam. É uma pesquisa bibliográfica que a partir das leituras e discussões de diversos autores (AITCHISON, 2005; BATIBO, 2005; ROMAINE, 2009; READFORD et al., 1999) se observa que há uma necessidade de reflexão profunda para que as línguas efetivamente tenham lugar na vida dos africanos.

Na primeira seção, o artigo dá um panorama geral da situação sociolinguística de África, as principais classificações e grupos linguísticos, assim como as relações entre línguas e grupos étnicos. Em seguida, o artigo faz uma análise contrastiva entre as línguas existentes no continente africano versus aquelas advindas do continente europeu. Nesta parte debate-se sobre como estas últimas trouxeram mudanças significativas nas línguas africanas, uma vez que chegaram com uma superioridade política. Em seguida, o artigo aprecia o valor das línguas nas tradições e na cultura. É claro que não se dissocia a língua da cultura dos seus falantes. Seguidamente, o artigo faz uma análise crítica das políticas linguísticas analisando o perigo de extinção que diversas línguas incorrem. O texto chama atenção para a valorização das mesmas como o único caminho para a preservação e educação desse patrimônio imaterial da humanidade. O artigo termina apresentando as considerações finais e as referências utilizadas.

Situação linguística na África

As línguas surgiram juntamente com a humanidade. O ser humano precisa da língua para estabelecer a comunicação com os seus semelhantes, o que significa que o idioma é um dos meios de comunicação e de expressão de um povo. Não existe nenhum órgão humano criado especificamente para a comunicação, o que significa que a espécie humana se aproveitou dos órgãos dos outros sistemas para produzir os sons da fala. Por exemplo, a língua, os dentes, os lábios são

órgãos do sistema digestivo, os pulmões, o esôfago e as fossas nasais pertencem ao sistema respiratório e que foram adaptados para a produção dos sons da fala. A língua foi criada para ser falada e não para ser escrita. A escrita é artificial e foi inventada para representar a língua. Está claro que a língua escrita não representa a fala (CAGLIARI, 2009), o que significa que tanto a o modo escrito quanto o falado a representam, quer dizer, que o idioma é um sistema abstrato, que se localiza na mente da comunidade de fala e que se materializa por meio da voz, escrita ou sinal.

Os povos africanos possuem várias línguas divididas em quatro grandes famílias, nomeadamente nigero-congolesa (com 1436 línguas), afro-asiática (371 línguas), nilo-saariana (196 línguas) e khoisan (35 línguas), dados que nos levam a estimar em mais de 2000 línguas, segundo Heine e Nurse (2000), Ngunga (2015) e Petter (2015). Segundo Nurse e Philippson (2003), bem como Maho (2003), as línguas bantu são classificadas em 15 zonas: **A, B, C, D, E, F, G, K, L, M, N, P, R, S**. As primeiras classificações e estudos descritivos sobre as línguas africanas foram realizados e divulgados por “Joseph Harold Greenberg (1915-2001), Malcolm Guthrie (1903-1972), Clement Martyn Doke (1893-1980), Wilhelm Heinrich Immanuel Bleek (1827-1875), Carl Friedrich Michael Meinhof (1857-1944) entre outros.” (TIMBANE; SANTANA; AFONSO, 2019, p.107).

As línguas são meios de comunicação e de expressão da cultura de um povo. A política e o planejamento adotados pelos africanos, no contexto pós independência, valorizaram as línguas europeias o que reduziu do número dos falantes das línguas autóctones. Muitas destas estão em perigo ou em vias de extinção devido às políticas linguísticas falhas, como mostram Batibo (2005), Mesthrie (2004) e Childs (2003). Quando afirmamos que houve políticas linguísticas falhas nos referimos à exclusão das línguas africanas nos principais espaços de comunicação. Poucos países africanos colocaram em evidência as suas línguas autóctones. A mesma ideologia colonial se manifestou no período pós-colonial, uma vez que as línguas africanas não foram tidas em conta.

O Art. 9.º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos defende que “todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas.” Isso significa que todas as línguas naturais do mundo já estão organizadas, o que falta são instrumentos legitimadores do tipo, no caso, dicionários, gramáticas, assim como a oficialização. Entendemos que as prefeituras municipais (administração local) deveriam dar o primeiro passo para que as línguas locais sejam valorizadas e usadas em espaços públicos.

Um exemplo de uma política linguística inclusiva se observou em alguns países como a África do Sul que teve o cuidado de oficializar 11 línguas (sepedi, também conhecido

como sesotho sa leboa, sesotho, setswana, siswati, tshivenda, xitsonga, afrikaans, isiNdebele, isiXhosa e isiZulu³; A República da Eritreia oficializou as línguas afar, bilen, kunama, nara, árabe, tobedawi, saho, tigre, tigrinya (Art. 4º, Constituição da República de 1997); A República Centro Africana oficializou a língua sangho (Art. 18º da Constituição); A República do Zimbábue oficializou as línguas chewa, chibarwe, kalanga, koisan, nambya, ndau, ndebele, shangani, shona, língua de sinais, sotho, tonga, tswana, venda e xhosa, (Art. 6º da Constituição); Na República do Gabão se oficializou as línguas fang, myene, bateke, bapounou / eschira, bandjab; a República do Quênia oficializou a língua swahili (Art. 7º da Constituição do país); A República do Ruanda oficializou o kinyaruanda (Art. 5º). Estes exemplos são elucidativos de parte da realidade africana, na qual as línguas europeias têm o maior domínio. Nem sempre a oficialidade de uma língua se apresenta escrita na constituição.

A presença das línguas africanas oferece uma resistência, visto que a língua é ao mesmo tempo a expressão da cultura de um povo. Há elementos da cultura que são apresentados por meio da língua. É o caso da saudação em diversas línguas. Ex: para dizer “bom dia” em balanta (Guiné-Bissau) diz *amessé*⁴, em wolof (Senegal), se diz *naka subassi*, em xichangana (Moçambique) se diz *auxene*. Essas formas de saudação não têm a mesma tradução literal com o “bom dia”, o que nos leva a concluir que a língua carrega elementos da cultura.

Segundo Chicuna (2018) as línguas bantu com maior número de locutores são: zulu (9. Milhões), xhosa (7 milhão), sotho (5 milhão) e o tswana (4,4 milhão), na África do Sul; o makua (4 milhão) em Moçambique; o Nhandja (9,3 milhões) no Malawi; o Chona (8 milhão) no Zimbábue e Moçambique; o Bemba (3 milhão) e o Tonga (1,5 milhão) na Zambia; o Mbundu (3 milhão) e o Umbundu (4 milhão) em Angola; o Swaili (773 mil) e o Sukuma (3,2 milhão) na Tanzânia; o Kikuiu (6 milhão) no Quênia; o Ndunganda (4 milhão) no Uganda, dentre outras. (CHUKUNA, 2018, p. 28). Esses dados mostram a força e a resistência das línguas locais, mesmo durante longos períodos da colonização europeia e até no período pós-colonial. A resistência destas línguas se justifica pelo amparo que é realizada pela cultura. O sistema colonial tentou várias vezes acabar com as línguas africanas, mas isso não foi possível. Felizmente, sem a influência colonial, parte dos países africanos cumpriram com o Art.12º da Declaração Universal dos Direitos linguísticos, que determina: “1. No domínio público, todos têm o direito de desenvolver todas as atividades na sua língua, se for a língua própria do território onde residem. 2. No plano pessoal e familiar, todos têm o direito de usar a sua língua.”

³ Art. 6º da Constituição da República da África do Sul, de 1996.

⁴ As saudações dependem da posição em que as pessoas se encontram no momento do cumprimento. Quando está sentado se diz “amessé” (Tradução literal: você está sentado?), quando está em pé, “atcheté”, Tradução literal: (você está em pé?), quando está deitado “arringhé”(Tradução literal: você está deitado?), se está trabalhando, “unsif” (tradução literal: você está trabalhando?).

As línguas africanas versus línguas europeias

Durante vários séculos o continente africano foi o espaço de uso dos quatro grandes grupos de línguas aqui apresentadas. Com a chegada dos colonizadores europeus iniciou um processo de integração das línguas europeias na vida de boa parte dos povos africanos. Nas grandes cidades, as línguas europeias tiveram maior espaço devido a dominação colonial. A ideologia colonial desprezou a relevância das línguas locais, o que incentivou o aumento do preconceito com relação a essas línguas. Antes das independências as línguas europeias ganharam relevo ocupando todos os espaços da sociedade, especialmente nos grandes centros urbanos. A resistência africana fez com que as línguas europeias não fossem usadas nos espaços da cultura, como é o caso do canto, dos ritos, nas festas tradicionais, assim como nas práticas tradicionais. As línguas europeias ficam confinadas nas grandes cidades, utilizadas por estudantes e pelos trabalhadores formais. A grande maioria da população continuou utilizando as línguas locais nas áreas rurais.

É interessante debater os conceitos de política e planejamento linguístico para melhor compreender o impacto da colonização linguística na África. Segundo Severo (2013) e Calvet (2007) a política linguística é a determinação em nível estatal sobre o destino do uso e aplicação de línguas num determinado país. Corresponde ao conjunto de leis, decretos, constituição e outros documentos legais produzidos em nível governamental. Nesta ordem de ideias, a política linguística dedica-se na determinação de quais línguas devem receber o estatuto de oficialidade e qual é o papel que cada uma deverá ocupar. Por exemplo: na República de Angola o português é língua oficial porque está escrito na constituição da República em seu artigo 19º.

Em Moçambique, o português é língua oficial uma vez que a constituição daquele país determinou em seus artigos 9º e 10º a sua oficialidade. É importante deixar clara a ideia de que nem sempre a determinação sobre o uso de uma língua aparece em documentos oficiais. Por exemplo: na constituição da República da Guiné-Bissau, e da República Democrática de São Tomé e Príncipe nada está escrito sobre as línguas, mas sabe-se de antemão que o português é a língua oficial nesses países. Por outro lado, o planejamento linguístico é definido como a implementação das decisões da política linguística; quer dizer, a execução das determinações políticas faz parte do planejamento linguístico. São exemplos de planejamento linguístico o ensino nas escolas, como também o uso em estabelecimentos públicos de uma determinada língua. O planejamento linguístico é o momento mais crucial porque executa de forma plena o que foi decidido pela política linguística.

A convivência entre as línguas africanas e europeias no espaço africano não é pacífica porque os falantes das línguas locais conhecem o valor das suas línguas e o espaço que elas ocupam na cultura e nas tradições. As línguas africanas têm o domínio nas áreas rurais porque após as independências a grande maioria dos países africanos adotou a língua do colonizador como a oficial. Afirmar que uma língua X é oficial é o mesmo que estabelecer a sua superioridade em relação a outras que coexistem no mesmo espaço. Por exemplo: afirmar que o português é língua oficial em Cabo Verde é estabelecer que o crioulo Cabo-verdiano não é relevante, isto porque a oficialidade cria e hierarquiza os idiomas existentes. Afirmar que o português é língua oficial é autorizar o seu ensino, o seu uso em situações formais de comunicação, relegando para o segundo plano o cabo-verdiano que é, pelo contrário, a língua da maioria da população.

Ki-Zerbo (2006, p. 52), na sua obra “Para Quando a África?”, afirma o seguinte: “não creio que se possa alfabetizar os africanos sem recorrer as línguas africanas. Em contrapartida, se recorrêssemos a essas línguas, poderíamos fixar-nos, como objetivo a médio prazo, assegurar a alfabetização total.” Estes argumentos de Ki-Zerbo precisam de reflexão profunda sobre as políticas linguísticas escolhidas pelos africanos no período pós-independência. Os idiomas locais são línguas de reflexão, próprias para o ato de pensar e construir ideias, e constituem aquelas faladas pela maioria dos homens e mulheres do continente africano. Desta forma, entendemos que é imprescindível o uso e o ensino das diversas línguas africanas no sistema educacional para que não se diminua as identidades linguísticas africanas. Dados dos recenseamentos populacionais mostram claramente a redução significativa do número dos falantes das línguas locais em prejuízo daquela tornada oficial. A título de exemplo pode-se observar a diminuição do número de falantes das línguas bantu como língua materna em Moçambique:

Quadro 1: Decrescimento do número de falantes das línguas bantu em Moçambique

Língua materna	% de falantes em 1980	% de falantes em 1997	% de falantes em 2007
Bantu	98,8	93,5	89,3
Português	1,2	6,5	10,7

Fonte: INE, Apud Timbane (2013, p. 36)

Como se pode observar, a diminuição do número de falantes das línguas bantu se justifica pelo uso crescente do português no ensino, bem como por sua obrigatoriedade no uso nas instituições públicas. Essa obrigatoriedade, aliada à oficialidade, faz com que o número de falantes de português aumente de forma exponencial. Outro elemento importante é o fato de que as línguas europeias faladas nos 54 países adquiriram novas características, o que lhes conferiu particularidades quando comparadas com as versões existentes nos países outrora colonizadores.

Desta forma, o inglês britânico é diferente daquele falado no Zimbábwe; o Francês europeu é diferente do que se usa no Congo; mas também o português da península ibérica é diferente da sua versão guineense.

O contato entre as línguas europeias e as africanas provocou interferências de todo tipo, desde questões alusivas ao fonético-fonológico, como também ao lexical, semântico, pragmático e até discursivo. As variedades africanas das línguas europeias adquiriram características próprias que criaram uma identidade própria. Há que realçar a importância da necessidade da criação de dicionários e gramáticas que descrevam as variedades de línguas de origem europeia. Nesta pesquisa entendemos a necessidade urgente da padronização da ortografia das línguas africanas faladas em diversos territórios. A escrita compreendida como o registro da língua, deve ser realizada de forma consensual entre os falantes, uma vez que vários sons existentes nas línguas africanas não têm uma representação gráfica baseada no alfabeto europeu.

A convivência entre as línguas europeias e africanas não é caótica porque todas os idiomas naturais têm um sistema linguístico coeso, que faz a gestão de qualquer situação linguística. Por exemplo, está previsto no sistema linguístico do português que todos os verbos vindos de qualquer língua serão acomodados na primeira conjugação terminando em **-ar**. Por exemplo: **printar**, **deletar**, **tuitar**, etc. Os adjetivos e os substantivos são acomodados nos devidos lugares. A pronúncia é suscetível de alterar porque cada um lê segundo as suas características e pela influência da sua língua materna.

Outro elemento interessante a debater nesta parte é que as línguas europeias têm materiais que lhe asseguram alguma coesão, a exemplo de dicionários e gramáticas impressas, além de serem amparadas pelos governos locais por meio da Constituição e documentos oficiais. Em paralelo, as línguas africanas pouco ou nada possuem em termos de literatura sobre elas. As línguas africanas ainda expressam a cultura por meio do canto, poesia e provérbios, assim como por meio dos ritos de passagem e das tradições. No caso das línguas khoisan, o perigo é maior porque muitas delas estão em vias de extinção uma vez que as políticas públicas e linguísticas não se interessam pelo seu crescimento. Angola é um exemplo claro dessa política que discrimina línguas e seus falantes. Até hoje (séc. XXI) não conseguimos identificar estudos que descrevem as diversas línguas do grupo khoisan faladas por diversos angolanos espalhados pelos desertos deste país.

Em 1948 já se previa a questão linguística no mundo. Os próprios europeus foram os primeiros a assinar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, apesar de terem sido os que mais violaram esses direitos. Nas suas colônias proibiram o uso das línguas locais, como se os colonizados não fossem humanos e dotados de direitos. O Art.2 defende que:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, **de língua**, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.⁵

A noção de país é uma construção decorrente da colonização europeia. Os africanos não tinham a ideia de país, tal como na contemporaneidade. A noção de país, como um todo homogêneo, é resultante de contextos advindos da coerção do período colonial, posto que grande parte dos povos do continente possuíam outros modos de se compreenderem. Grande parte dos africanos se reconheciam sob os liames dos aspectos étnicos, apesar de ter existido experiências de unidades centralizadas em que muitos povos viveram sob um regime político único, a exemplo do Reino de Gana e do Império do Mali. Por isso, em 1948 era impossível compreender e até impor a noção de país ou nação para os povos africanos. Passados 48 anos após a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos assina-se a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996). Este documento trouxe elementos interessantes que poderiam mudar a situação linguística africana, caso seus líderes assim desejassem. Por esta declaração, em seu Art. 7º determina que:

1. Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções. 2. Cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que ela está disponível para o uso individual como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criadora.⁶

A citação apresentada está muito clara e não precisa de nenhuma interpretação. Cabe aos signatários dessa Declaração assumir o compromisso perante o povo e executar o que deve ser feito. Investir na língua não é uma perda, mas sim proporcionar aos falantes o direito à expressão e debate de ideias.

O valor das línguas nas tradições e na cultura

Várias destas línguas possuem o sentido de estabelecer a comunicação, além de propiciar a retroalimentação quotidiana de elementos da tradição e da cultura. A cultura identifica as raízes de uma pessoa e, por seu lado, a tradição é uma transmissão contínua da cultura. Em

⁵ Art.2. Declaração Universal Dos Direitos Humanos, 1948, grifo nosso.

conformidade com Bertsch (2011, p. 19, tradução nossa) a cultura é “a totalidade dos padrões de comportamento socialmente transmitidos, artes, crenças, instituições e todos os outros produtos do trabalho e pensamento humano”. Entretanto, em nossa concepção, uma transmissão de conhecimentos se realiza por meio da educação, uma vez que esta envolve a comunicação. Neste caso, a língua é fundamental para a continuidade das tradições culturais. A língua é um instrumento de comunicação mais evidente e notável, que identifica um determinado grupo ou comunidade (BATIBO, 2005).

Por exemplo, antes da chegada dos colonizadores o povo Dagara (Burkina Faso, Gana, Togo e Costa do Marfim) não precisava do Bilhete de Identidade-BI (RG no Brasil) para sua identificação, uma vez que a língua, através dos nomes e/ou sobrenomes já dizia a identidade clara de cada membro na aldeia. Ex. *Sobonfu Somé* significa guardião de rituais na língua dagara. Ou seja, mesmo com a separação do povo dagara pelos colonialistas europeus, atualmente encontrados nos países acima citados, é suficiente mencionar o nome, para que se tenha o conhecimento dos laços da pessoa em questão. *Sobonfu Somé*, por exemplo, já é uma identidade que permite saber até a sua origem familiar, posto que estejamos diante de uma língua dotada de grande singularidade (SOMÉ, 2011). Aliás, tudo que se passava em Dano (o maior reino do povo Dagara) era pela vontade dos espíritos, e por isto havia grande necessidade de uma comunicação constante com os mesmos. Por isso, o povo Dagara preserva a língua, uma vez que há a necessidade de comunicação entre os vivos, como também com os ancestrais (SOMÉ, 2007). Isso significa que a língua não serve apenas para os vivos, mas também de instrumento de comunicação entre os mortos e destes com os vivos. Essa concepção do mundo não é encontrada nas línguas europeias que foram trazidas com os outrora colonizadores. Desta forma, é discutível o conceito de língua para os povos africanos. Isso acontece porque a visão do mundo sobre a língua varia entre as culturas e os povos.

Na Guiné-Bissau, várias etnias têm o costume de realizar eventos com o intuito de fazer a reconciliação em caso de contendas entre membros do grupo ou das *tabankas* (aldeias). Entre essas etnias, os autodenominados *brassa* (balantas), por exemplo, existe o *broksa*, que é um evento muito conhecido pelo seu estilo da dança e canções com mensagens fortes sobre a contestação ou elogios de certas práticas sociais, e que no final mudam positivamente o relacionamento entre as *tabankas* envolvidas.

Para a realização de *broksa* é preciso o *vel*. *Vel* é a fase inicial do *broksa*, que por meio dela há a evocação dos deuses, e a negociação entre as *tabankas*. Nessa negociação e comunicação se usa uma língua, no caso, o balanta. Para realização do *broksa*, a *tabanka* que pretende ser anfitriã prepara a cerimônia, que consiste na busca de animais que serão

⁶ Declaração Universal dos Direitos linguísticos, Artigo 7º.

sacrificados, oferta de bebidas e outras comidas. A cerimônia inicia com algumas pessoas, previamente escolhidas na comunidade, simulando estarem “escondidas” e à espera de qualquer menina/adolescente da *tabanka* com a qual se pretende fazer *broksa*, sequestrando-a. Para que a *tabanka* da jovem sequestrada faça o resgate, a jovem deverá preparar coreografias de danças especiais, e posteriormente se deslocar até a *tabanka* “sequestradora”. Ao chegar no local, há a competição de dança entre as duas *tabankas*, e a partir daí se inicia uma festa que dura de dois a três dias, e que culmina com a devolução da menina/adolescente “sequestrada”. Essas negociações envolvem a língua, dança, evocação dos antepassados e outras práticas sociais aceitas naqueles grupos.

Para o povo pepel (Guiné-Bissau) uma certa forma da expressão linguística demonstra até certo ponto, o nível da socialização étnica. Como por exemplo, um homem circuncidado ao ser chamado pelo seu nome, dentro do seu grupo sempre deve responder *urã* (*aqui estou*). Responder “urã” não significa apenas “sim” (ou estou aqui), mas também significa que “cumprido com os deveres do rito de iniciação e em especial a circuncisão. Para as mulheres casadas deste povo, tradicionalmente a resposta é *mbáa*. Esta palavra-resposta não apenas significa “sim”, mas também informa que ela está casada, compromissada com o lar, com o casamento. Estes exemplos mostram como a língua não é simplesmente um instrumento de comunicação, mas um transmissor de culturas, práticas, e sobretudo, da identidade de um povo.

O valor das línguas africanas pode ser compreendido no uso dos provérbios, tal como salienta Adakabre (2017) quando compartilhava a sabedoria e o conhecimento por meio dos provérbios Akan. Os provérbios carregam conhecimentos muito codificados e que representam a cosmovisão de um povo. Os provérbios dos povos africanos passam de geração a geração por meio da oralidade. Seguem alguns provérbios e seus significados:

a) **Provérbio do povo akan:** *Akooda bo enwa na ommo akyekyede* (a criança quebra a casca de um caracol, mas não a de uma tartaruga). Significa que se precisa fazer coisas de acordo com a capacidade de cada pessoa, por exemplo, deve-se começar o comércio de acordo com as bases financeiras disponíveis (sendo a casca do caracol) isso permitirá um crescimento que possibilitará grandes realizações (que deixará a pessoa pronta para quebrar a casca de uma tartaruga).

b) **Provérbio do povo akan:** *Koto nnwo anomaa* (o caranguejo não dá luz a um pássaro), querendo dizer que, cada pai dá a educação que tem para os seus filhos, e que não se pode dar o que não tem.

c) **Provérbio popular guineense** (Guiné-Bissau): quando se quer lembrar a nova geração da importância dos mais velhos na sociedade, através das experiências que detêm, é muito comum

ouvir provérbios como: *garandi ika Deus mas i tarda ku Deus* (o mais velho não é um Deus mas, ele convive com Deus há muito tempo, pela sua idade). Ou de uma outra forma: *garandi, mesmo ki sinta ita odja mas lundju diki mininu ku firma* (onde os mais velhos veem, mesmo estando sentados, as crianças não conseguem enxergar a mesma distância mesmo estando de pé). Aqui, não se fala de viver ao lado do deus fisicamente, ou de enxergar uma certa distância física, mas sim, o conhecimento que a experiência da idade dá aos mais velhos.

d) **Provérbio popular africano:** O ubuntu é conhecido por seu famoso provérbio que diz: *Utchi m'ghal ptchar tinpan koru, Ma Utchi m'ghal ptip p' lawan tchian na nhã*. (língua manjaca da Guiné-Bissau) traduzido para língua portuguesa significa, se você quer ir mais rápido vá sozinho, mas se quer ir mais longe vá com alguém, (LINES, 2020). Esse provérbio incentiva a união. É importante ressaltar que é através da união que os africanos conseguiram expulsar os colonizadores dos seus territórios, e que uma união se constrói por várias formas de relacionamento, entre elas a comunicação através de uma língua.

Na filosofia de muitos povos africanos, os mortos vivem, a morte verdadeira é quando um ancestral para de se fazer presente entre os vivos. Porém, para que haja o contato entre os ancestrais e os vivos é fundamental a comunicação, que envolve além dos ritos também a língua do povo em questão. Ou seja, para o processo educativo que permita ter a língua como uma identidade, elemento da cultura e das tradições, isso se expressa de várias formas, tais como provérbios, músicas, ritos e contos por meio da interação oral. Por isso, impedir o uso duma língua é envenenar a cultura, a tradição ou sabotar uma identidade.

Na Constituição da República de Gana (antiga Costa do Ouro), “[...] uma pessoa não deve ser registrada como um cidadão de Gana, a menos que no momento de seu pedido de registro seja capaz de falar e compreender uma língua indígena de Gana.”⁷ O caso do Gana, em particular, é muito oposto com a posição das constituições dos vários países africanos. Em nossa visão, o condicionamento da cidadania deste caráter demonstra o nível da importância dada as línguas locais através do ganho da consciência. Portanto, pode-se concluir que a língua, para grande parte dos povos africanos, é um marco da identidade. Contudo, é preciso que os líderes dos países africanos tenham compreensão de como promover um sistema educativo com políticas e planejamentos que incluam as línguas locais. A extinção das línguas africanas é um apagamento das culturas, como veremos na seção que segue.

O perigo de extinção e as perspectivas da valorização

⁷ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1992, Art. 9º, p. 9.

A extinção de uma língua é o reflexo de vários desafios. Antigamente a extinção das línguas acontecia pela proibição do seu uso por pertencer ao povo derrotado na guerra. Porém, no século XXI, as línguas morrem pela falta de políticas e planejamento linguístico, preconceito ou pela falta de conhecimento da importância da diversidade linguística. Na obra *language birth and death* (nascimento e morte das línguas), Mufwene (2004, p. 202, tradução nossa) explica que, só “a partir de 1980, começaram a surgir estudos, preocupando assim com extinção das línguas em África, de igual modo, com as línguas minoritárias na Europa”. As línguas dos escravos, durante o período colonial, eram consideradas coisas das “bruxas”, de pessoas “atrasadas”, dos “selvagens” e do “povo sem história”, e seus usos resultavam em punições severas porque era proibido falar as línguas africanas. Foi por meio dessa atitude que os escravos trazidos ao Brasil tiveram suas identidades linguísticas refeitas, e suas línguas perderam os sentidos que lhes asseguravam ideia de grupo. No entanto, mesmo não havendo falantes de línguas oriundas do continente africano em solo brasileiro, é preciso ressaltar a existência de sua influência no modo de falar, e sob a forma de palavras diversas.

Com a criação dos movimentos políticos, a exemplo do pan-africanismo e a negritude, os africanos se libertaram da dominação física, e agora todos lutam contra as ideologias coloniais que subestimam tudo que é ser africano, incluindo as línguas e as culturas. Entretanto, mesmo considerando este intrincado contexto de luta e resistência, ainda há uma conjuntura desfavorável para várias línguas faladas por povos minoritários. Estas línguas correm sérios riscos, devido ao modo como os governos pós independência engendraram o reconhecimento dos idiomas dos colonizadores. Não é por acaso que líderes e políticos africanos ainda resistem na oficialização das línguas africanas faladas em diversos países. A globalização permite com que as pessoas tenham uma mesma cultura, mesmas tradições, práticas e, sobretudo uma mesma língua.

Em busca da conscientização dos líderes africanos, no que concerne a ligação da diversidade linguística à riqueza e preservação da cultura, Hameso (1997, p.1, tradução nossa) nos explica que, “uso das línguas africanas de maneira complementar e equitativa, juntamente com outras línguas, fará parte do pleno desenvolvimento do próprio gênio da África e da busca do continente por seu próprio caminho de desenvolvimento.” Aliás, é preciso avisar que, a questão da língua, não é algo simplesmente ligado ao meio de comunicação, mas também, ela é usada “como um meio de dominação e discriminação para bloquear os processos econômicos e políticos. (HAMESO, 1997, p. 2, traduções nossa).

As línguas ocidentais são faladas por uma pequena minoria no continente africano, ademais, as crianças recebem instruções escolares na língua que não conhecem e os professores falam uma língua menos dominada. É louvável a preocupação da UNESCO (1996) com relação a educação escolar em línguas locais (Art. 9º e 23º), mas, as sociedades africanas seriam mais es-

timuladas em dominar suas línguas se houvesse um planeamento para uma promoção contínua. Pode-se citar o exemplo da Tanzânia, onde a Kiswahili é a língua de ensino no sistema educacional primário (fundamental). As crianças aprendem a língua inglesa quando iniciam o ensino secundário (fundamental 2), e são promovidas a partir do domínio da língua materna, no caso, o kiswahili. Esse é um dos exemplos de um bom planeamento linguístico que visa a manutenção das línguas locais.

Dados estatísticos da UNESCO (2009) mostram que no mundo das 6.000 línguas existentes, mais de 2.500 estão ameaçadas. Isso significa que mais de 200 línguas não serão utilizadas pelas próximas gerações, 538 estão em situação crítica, 502 estão seriamente em perigo, 632 em alguma situação de risco e 607 são vulneráveis. No contexto da África subsaariana há mais de 2000 línguas (cerca de 1/3 do total de línguas do mundo) e é provável que ao menos 10% dessas línguas possam desaparecer nos próximos 100 anos (UNESCO, 2009). Os dados aqui apresentados mostram que as políticas linguísticas falhas têm as suas consequências drásticas em todo mundo. Toda língua é capaz diante dos seus falantes. Não existe uma língua inferior a outra. Todas as línguas têm o mesmo poder diante da comunidade que as fala. O importante a notar é que a falta da oficialização das línguas minoritárias prejudica, de certa forma, a disseminação das mesmas por meio da educação. Para nós está claro que nenhuma língua foi criada para atender a ciência. Todas as línguas se adaptam à medida que a cultura dos falantes varia.

Desta forma a valorização dependerá das decisões adotadas pelo corpo social, porque todas as línguas são capazes desde que os seus falantes as promovam para tal fim. Muitas línguas africanas ainda são ágrafas, o que significa que cabe aos seus falantes realizar as descrições por forma que sejam produzidos dicionários e gramáticas que as descrevam. Em Angola, as línguas do grupo khoisan podem estar correndo o perigo de extinção, até porque não existe no momento estudos divulgados sobre essas línguas. A extinção de uma língua é ao mesmo tempo a extinção de uma cultura com as respectivas tradições. A língua e a cultura têm ligações muito fortes e historicamente reconhecidas. Cada nação deve proteger as suas línguas, assim como valorizá-las. Cada país tem o seu papel e compromisso sociocultural de as proteger e criar condições para que essas línguas continuem por longos séculos.

As Constituições dos países africanos devem explicitar de forma clara o papel que as línguas locais devem tomar no seu planeamento. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996) é um documento base que fundamenta juridicamente o uso e o ensino das línguas autóctones de qualquer país. Não é justo no século XXI que tenhamos línguas em extinção, mesmo com o avanço das tecnologias. O Google tem desempenhado um papel

importante, pelo fato de incluir dentro do seu sistema diversas línguas (muitas delas minoritárias e não oficiais).

Considerações Finais

Todas as reflexões apresentadas nesta pesquisa não são dogmas. Apenas constituem pensamentos que contribuem para a valorização e preservação das línguas menos privilegiadas. Parece-nos que o mundo caminha para uma só língua- a língua inglesa. A história da humanidade parece estar mostrando que no futuro teremos uma só língua. Esse fenômeno pode ser danoso para as sociedades e os povos em geral, se considerarmos a língua como transmissor da cultura e suas especificidades. A morte de uma língua é ao mesmo tempo o fim de uma cultura e das tradições de um povo. Entendemos que o debate sobre políticas linguísticas não é suficiente. É necessário partirmos para ações práticas que possam efetivamente contribuir para o resgate, ensino e proteção das línguas na África. A mudança de atitude é fundamental para a construção de um novo cenário linguístico na África. Só para citar exemplos: em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, o crioulo é falado por mais de 90%, mas ainda não é língua oficial. Há um quadro, nestes países, que em certa medida forçam as pessoas a falarem o português, em decorrência de sua condição de língua oficial.

Para a valorização das línguas africanas, cada país deveria promovê-las por meio do ensino e difusão nos meios de comunicação. O ensino de uma língua numa determinada comunidade traria a autoestima desse povo, o que é de extrema importância. Os governos poderiam promover as línguas locais estimulando concursos de poesias, contos e músicas produzidas em línguas locais. Seria importante promover concursos análogos aos existentes para a promoção do português, como forma de estimular as línguas locais. Cabe aos governos investir na formação de professores nestas línguas, apoiando pesquisas que possam resultar na produção de gramáticas e dicionários que serão utilizados nas escolas. A produção literária deveria ser incentivada para que o conhecimento e os hábitos de leitura sejam estimulados nessas línguas. Estas estratégias são fundamentais para que haja uma interpretação positiva das culturas presentes. Tal como afirmamos ao longo destas páginas, a língua se liga à cultura, e com esta ocorre a difusão das tradições locais. Esta compreensão seria o melhor meio para eliminar o preconceito linguístico e o estigma da inferioridade existente para estas línguas.

Olhando para a pergunta de partida, podemos claramente afirmar que a valorização das línguas africanas partirá da descolonização das mentes dos governos locais. Não é verdade afirmar que as línguas africanas são incapazes de transmitir a ciência. Valorizar as línguas africanas abriria caminhos para a adaptação das mesmas ao atendimento da ciência, pois nenhuma língua

natural foi inventada para atender fenômenos da ciência. A primeira hipótese da pesquisa ficou confirmada, uma vez que as línguas africanas perdem o seu espaço devido poder das línguas europeias, por sua condição de idioma oficial. O primeiro cuidado para contrariar esta tendência seria a cooficialização das línguas autóctones. A segunda hipótese também se confirmou, uma vez que só nas zonas rurais ainda se falam as línguas autóctones. Nas grandes cidades há uma tendência ao uso das línguas europeias, logo, entendemos que os homens e mulheres destas sociedades existentes em África já não valorizam as suas línguas em decorrência de não possuírem estatuto privilegiado perante o poder.

Portanto, deve-se ensinar nas escolas africanas que nenhuma língua é superior a outra, como também compreender que a subalternização destas línguas é o reflexo e estratégia da missão colonizadora da Europa para África. O uso das línguas africanas foi proibido durante a escravidão, colonização e ainda está sendo proibido nas escolas africanas em pleno século XXI, o que na nossa visão demonstra claramente a negação do pensamento e a alma dos povos africanos, pois é através da língua que cada povo faz a leitura e interpretação do mundo. Aliás, a demonização ou o preconceito contra as línguas africanas constituem marcos da dominação europeia. No entanto, é preciso que os debates sobre esta temática sejam feitos para que a liderança africana possa mudar a sua concepção de língua e fazer com que os idiomas tenham valor porque a diversidade linguística é a base da riqueza cultural. O multilinguismo jamais foi problema para os povos africanos. Os provérbios, as músicas, os contos, as denominações em cada língua representam a cosmovisão do povo que a fala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITCHISON, J. **Language change: progress or decay?** 3.ed. Oxford: CUP, 2005.

BATIBO, M. H. **Language decline and death in Africa, causes, consequences and challenges.** Clevedon: Multilingual Matters, 2005.

BERTSCH, A. Representing the Concept of Culture: Has the Time Come to Replace the Layered Onion? **Oxford Journal.** Minot, vol.11, nº1, p. 09-26, 2011.

CAGLIARI, L. C. **Linguística e alfabetização.** São Paulo: Scipione, 2009.

CALVET, L.-J. **As Políticas Linguísticas.** Florianópolis: Ipol, 2007.

CHICUNA, A. M. **Portuguesismos nas línguas bantu: para um dicionário português–kiyombe.** 3.ed. Lisboa: Edições Colibri, 2018.

CHILDS, T. **An introduction to African languages.** Amsterdam: Benjamins, 2003.

GHANA. **Constitution of 1992 with Amendments through 1996.** Disponível em: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gha129754.pdf>>. Acesso em: 17 nov.2020.

HAMESO, S. The Language of Education in Africa: the Key Issues. **Language, Culture and Curriculum**, vol.10, nº1, p. 01 – 13, 1997.

KI-ZERBO, J. **Para quando África? Entrevista com René Holenstein**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MESTHRIE, R. **Language in South África**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MUFWENE, S. S. Language birth and death. **Annual Review Anthropology**. Chicago. Vol.33, p. 201–22, 2004.

RADFORD, A. et al. **Linguistics. An introduction**. Cambridge: CUP, 1999.

ROMAINE, S. **Socio-historical linguistics**. Cambridge: CUP, 2009.

SEVERO, C. G. Política (s) linguística(s) e questões de poder. **Revista Alfa**, vol. 57, nº2, p. 451-473, 2013.

SOMÉ, S. **O espírito da intimidade, ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. s.l.: Odysseus, 2007.

TIMBANE, A. A. **A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique**. 318p. 2013. (Tese). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2013.

TIMBANE, A. A., SANTANA, Y.F. D., AFONSO, E. V. S. A cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. **Afluente: Revista de Letras e Linguística**, Bascobal, vol.4, nº2, p. 104 – 128, 2019.

Documentos/Videos

ADAKABRE, K. F. M. **Akan proverbs and their meaning**. 2020 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wTf-nNTr1aA>. Acesso em: 05 nov. 2020.

LINES, C. **Ancient proverbs (True Wisdom)**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-oCVIt6duzY>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MarionInstituteTV, Sobonfu Somé - Embracing Your Gifts, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x6RwkD5vnVs>, 2011, acesso em: 22/11/2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**, Barcelona: Unesco, 1996.

UNESCO. **Plus de 2500 langues en danger dans le monde**. Paris: Association adéquations. 19 fev.2009. Disponível em:

<http://www.adequations.org/IMG/article_PDF/article_a957.pdf>. Acesso em: 17 nov.2020.

Recebido em: 06/08/2021

Aprovado em: 16/11/2021